

APOIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS À FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES DE FLORIANÓPOLIS

Andriu Nobre, Leonardo Alves da Cunha Carvalho

Acadêmicos do curso de Ciências Sociais da UFSC

Lígia Helena Hahn Lüchmann, Dra.

Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC (coordenadora)

ligia@cfh.ufsc.br

Resumo

O artigo visa analisar, a partir do projeto de extensão realizado durante o ano de 2003 com diversas organizações comunitárias de Florianópolis, alguns mecanismos de construção de identidades e diferenças no associativismo comunitário do município. Ressalta algumas especificidades e conflitos, bem como as recentes mudanças nos padrões associativos que, no caso de Florianópolis, vêm enfrentando novos desafios frente a um poder público refratário aos anseios e propostas dos movimentos sociais.

Palavras-chave: movimento social, identidade, associativismo comunitário.

Introdução

Este artigo é parte da produção resultante do projeto de extensão “Apoio das Ciências Sociais à formação e desenvolvimento das organizações populares de Florianópolis”, e visa discutir uma problemática que tem chamado a atenção dos integrantes do projeto, qual seja, a formação das identidades no interior do movimento comunitário da cidade de Florianópolis.

A temática da “identidade e diferença” tem sido central nas análises e debates sobre os movimentos sociais contemporâneos, na medida em que uma série de movimentos (de gênero, étnicos, entre outros) passa, a partir da década de 60, a ocupar a esfera pública visando “especialmente a afirmação de suas identidades específicas, o reconhecimento público de seus valores, o respeito às diferenças culturais e a conquista de novos direitos” (SCHERER-WARREN, 2000, p. 41). O debate atual sobre o multiculturalismo é resultante direto do investimento desses movimentos que, ao

ensionarem diferentes relações de exclusão, opressão e discriminação, oferecem nova consistência teórica ao tema da identidade, enfatizada a partir de sua relação com a diferença. O crescente debate sobre a tolerância, a diversidade cultural, o reconhecimento do outro – do diferente – atesta essa correlação.

Embora eminentemente voltado para estes tipos de movimentos sociais (identitários, culturais...), o referencial teórico sobre identidade e diferença constitui-se, ao nosso ver, em um importante instrumento analítico para a compreensão de um leque mais amplo e variado de práticas associativas. Direcionando o olhar para os movimentos comunitários no município de Florianópolis, este trabalho pretende resgatar alguns elementos dessa discussão teórica tendo em vista analisar algumas características e tensionamentos desse tipo de ação coletiva, partindo do pressuposto de que o processo de constituição de identidades é aqui também um dos elementos centrais na formação deste campo movimentalista. Neste sentido, este artigo pretende analisar alguns mecanismos de identificação dos movimentos comunitários, bem como as identidades e diferenças no interior desse campo. Como pano de fundo, perpassa, no transcorrer do trabalho, uma preocupação com os desafios que estes movimentos enfrentam para fazer valer um processo de aprofundamento da democracia.

Material e Métodos

Enquanto parte da produção resultante do projeto de extensão “Apoio das Ciências Sociais à formação e desenvolvimento das organizações populares de Florianópolis”, desenvolvido entre março e dezembro de 2003, este artigo foi elaborado a partir de um conjunto de informações, dados e reflexões, fruto de vários procedimentos metodológicos, quais sejam:

- Disponibilização de oito (08) horas semanais para a leitura e a discussão de material bibliográfico (textos, livros, teses...) referente à questão da sociedade civil e o seu papel no processo de democratização da sociedade;
- Realização de entrevistas abertas com várias lideranças do movimento comunitário local e de entrevistas semi-abertas com um representante da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) e membro do Fórum da Cidade, e com o presidente da Associação de moradores do Alto da

Caeira e membro do Fórum da Cidade. Contatos e conversas com várias lideranças comunitárias nos encontros regionais e do Fórum da Cidade;

- Aplicação de sessenta e seis questionários junto às lideranças comunitárias da cidade. Os questionários foram aplicados durante os meses de novembro de dezembro de 2002 e os meses de junho, julho e agosto de 2003. Além da participação dos bolsistas do projeto de extensão (na aplicação de entrevistas e questionários), a pesquisa contou com a colaboração de estudantes do curso de Serviço Social vinculados ao Nessop (Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – UFSC);

- Participação em encontros do movimento comunitário local, principalmente junto aos encontros quinzenais do Fórum da Cidade e junto ao II Encontro Municipal do Fórum da Cidade realizado nos dias 4 e 5 de julho de 2003 na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Neste evento participaram representantes de 137 organizações da sociedade civil florianopolitana;

- Acompanhamento junto aos encontros e reuniões comunitárias visando assessorar e refletir com os moradores acerca da situação e condições do associativismo local.

Resultados e Análise

O movimento comunitário é entendido aqui como o conjunto de organizações (Associações de Moradores, Conselhos Comunitários etc.) que visa representar os interesses dos moradores de sua localidade, bairro ou região. Trata-se de um tipo de associativismo que apresenta uma especificidade, qual seja, a articulação e organização de moradores tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas. O elemento de identificação – e diferenciação frente a outros movimentos sociais – é, portanto, o compartilhamento do local de moradia (ser morador do bairro, da região, município).

Isso suscita pelo menos duas inquietações no que se refere à constituição das identidades. Em primeiro lugar, embora se admita que o local de moradia possa ser resultado de uma escolha pessoal, o mesmo não pode ser dito no que diz respeito às escolhas dos outros moradores de sua região (vizinhos e demais habitantes), o que significa dizer que a identidade de morador não corresponde a uma identificação imediata com orientações políticas e valores morais. Esse parece ser um elemento nada

desprezível na avaliação acerca da tão lamentada falta de união e participação da população junto a estas práticas sociais. Como a identidade movimentalista não é dada apenas pelo local de moradia, mas construída através do reconhecimento – e compartilhamento - coletivo da luta política como meio para atingir seus objetivos, são poucos os que se identificam e investem esforços na organização e manutenção da prática coletiva.

Em segundo lugar, embora, como analisa Duhram (1984), uma característica central deste tipo de organização social seja a articulação pela formulação de uma “carência coletiva” (escola, saneamento básico etc.), o recobrimento – pela igualdade da carência – da heterogeneidade através da construção de uma igualdade “mítica” consubstanciada na categoria de comunidade, parece perder força diante de um contexto que, também pela ação dos NMS, preza e clama pela diferenciação.

As diferenças e conflitos de identidades não ocorrem apenas no interior de cada associação ou organização de moradores, como entre elas. Os diferentes perfis de seus protagonistas, as histórias locais, as influências políticas fazem, entre outros, diluir um caráter homogeneizador destas práticas sociais. Os estudos de caso trazem à tona importantes diferenças (por vezes antagônicas) nos projetos e formas de organização dos moradores de uma cidade.

No caso de Florianópolis, percebe-se, em algumas práticas, um assumido compartilhamento de projetos e interesses com o poder público municipal. O que parece claro é que algumas Associações e Conselhos Comunitários¹ não só reproduzem relações verticais entre poder público e população, como dão sustentação às tradicionais práticas políticas, pautadas em relações de hierarquia e subordinação. As ligações de suas lideranças com o poder público municipal aparecem não somente no campo ideológico/político, como também no plano instrumental (lideranças remuneradas ou

¹ Em Santa Catarina, o governador Antonio Carlos Konder Reis - em perfeita sintonia com o governo federal - decreta (em 1977) a lei nº 2.840 que criava o “Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e ao Funcionamento de Conselhos Comunitários”. Os Conselhos Comunitários não teriam outro papel senão o de funcionarem como um mecanismo de controle social do governo nos bairros e comunidades catarinenses. Nesse mesmo ano é criado a SAC (Supervisão de ação comunitária) órgão governamental responsável pela implantação dos Conselhos Comunitários. Somente as entidades ligadas à SAC recebiam verbas do governo, cabendo a ela também fornecer o Estatuto padrão aos Conselhos. Além disso todos os diretores eram nomeados diretamente pelo governador (Matos (1990). Essa prática política começa a ser questionada já no início dos anos 80. Com o processo de abertura política, surgem organizações independentes que pregam autonomia ao governo do Estado – a exemplo de uma série de Associações de Moradores. Convém não esquecer que dentro dos tradicionais Conselhos Comunitários também surgiram, nesse período, focos de oposição ao Estado através das eleições de diretorias independentes.

liberadas de suas atividades para atuar exclusivamente nos Conselhos). Ao reproduzir práticas clientelistas e assistencialistas tradicionais, os Conselhos aparecem muitas vezes aos moradores apenas como um “balcão de favores”, e não enquanto instrumento próprio de sociabilidade, reivindicação e luta comunitária. Essas relações refletem a baixa representatividade que essas Associações e/ou Conselhos possuem perante sua população, sendo que as reuniões e assembléias são esvaziadas (salvo em alguns casos especiais), assim como a participação nas eleições se caracteriza pelo baixo número de votantes e raras chapas de oposição. Questiona-se, portanto, a capacidade desses espaços em construir identidades comunitárias uma vez que existe um distanciamento na relação Conselho e comunidade.

Convém não esquecer as tentativas de alguns moradores em alterar essas relações das comunidades com seus respectivos Conselhos ou Associações. Um bom exemplo disso acontece na região do bairro Agrônômica. Nesse local, perpetua-se há anos um direcionamento político “de direita” (palavras de um morador). Como forma de enfrentar essa situação, os moradores do bairro organizaram e criaram outras pequenas associações (Vila Santa Rosa, Vila Santa Vitória). Alguns desses moradores, entretanto, mantêm o desejo de um dia ocupar a direção daquela Associação e implementar um outro projeto político para a mesma. O que se observa nesse conflito é que a associação “oficial” reflete de certo modo todas as demais diferenças existentes no bairro, sejam elas políticas, culturais ou econômicas. Pode-se deduzir ainda, que essas associações “alternativas” correspondem a uma forma de reagrupamento dos moradores em espaços mais “homogêneos” segundo suas condições sociais e culturais. Tais fatos são fundamentais para entender que a formação de uma identidade comunitária não depende apenas do espaço geográfico compartilhado entre indivíduos distintos.

Além de relações tradicionalmente clientelistas, observa-se relações complementares entre as comunidades e o poder público. No sul da Ilha, as experiências da Associação dos Moradores da Lagoa do Peri (AMOSPE) e da Associação dos Moradores do Pântano do Sul (AMPSUL) ilustram bem uma complementaridade de interesses entre prefeitura e associações. A AMOSPE tem como principal atividade a administração da escola que funciona em sua sede, sendo que a prefeitura custeia o salário dos professores. No entanto toda parte administrativa e de manutenção das

dependências físicas fica a cargo dos associados, que, com poucas exceções, são pais de alunos e pagam uma taxa mensal.

No caso da AMPSUL, suas principais atividades são financiadas por convênios estabelecidos com a prefeitura municipal. Foram construídos - com recurso da prefeitura - a área de lazer da região, composta por um parque infantil e um campo de futebol, e um “rancho” para os pescadores da região guardarem suas embarcações. Toda a infraestrutura foi cedida pela Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN), ficando sob responsabilidade da associação a captação e a distribuição da água, além da garantia de um funcionário responsável pela manutenção dos equipamentos.

Há que se destacar o caráter instrumental nesta relação de complementaridade entre as associações da sociedade civil e o poder público. Citando Dagnino: “A complementaridade, por assim dizer, *instrumental*, entre os propósitos do Estado e da sociedade civil que parece conferir a alguns encontros um grau razoável de sucesso e estabilidade (...) como uma estratégia de Estado para a implementação do ajuste neoliberal que exige o encolhimento de suas responsabilidades sociais” (2002, p.288).

Além desses “tipos” de relação entre o associativismo e o poder público, observa-se um significativo conjunto de associações que, por conceberem a ação coletiva como direito e efetivação da cidadania, colocam-se como interlocutoras legítimas junto ao poder público, tensionando, de diferentes formas, as relações políticas e sociais. Uma orientação mais combativa e tensionadora também apresenta diferenças e singularidades, de acordo com o perfil das lideranças, a trajetória associativa, os meios e recursos sociais.

Por um lado, vemos algumas associações que apresentam um caráter mais pragmático e localista, como parecem ser os casos de Santo Antônio de Lisboa e da Vargem Grande. Percebe-se, nestes dois exemplos, uma preocupação em lidar com questões locais, como a gestão do cotidiano – o que já exige muito dos esforços dos poucos membros, notadamente das lideranças. Na Associação de Santo Antônio, a administração da creche, a elaboração do periódico da Associação, a obtenção do asfaltamento de algumas ruas, o estabelecimento de metas para a segurança da comunidade, são algumas das diversas atividades que consomem o tempo e os recursos de suas lideranças. Já na Vargem Grande, as ações e preocupações estão voltadas para o posto de saúde, os cursos de artesanato na sede da Associação, a construção de um

Centro Comunitário mais amplo (com sede social e outras dependências). A maioria dessas atividades exige uma interlocução com o poder estatal muitas vezes dispendiosa, o que impede o cultivo de preocupações mais totalizadoras, de esforços de articulação maiores. Atestado disso é o desinteresse em relação a UFECO² (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) ou ao Fórum da Cidade³, que aglutinam movimentos interessados na crítica da política urbana vigente na cidade inteira.

Por outro lado, testemunha-se um outro conjunto de movimentos comunitários que se destacam por uma orientação mais nitidamente combativa, propositiva e tensionadora das relações político-sociais.

O caso do Campeche apresenta aspectos notáveis e peculiares. A construção do “Movimento Campeche Qualidade de Vida” contou com uma participação expressiva de um perfil de moradores caracterizado por professores universitários interessados e sensíveis às demandas e interesses de sua comunidade. O perfil dessas lideranças parece ter sido decisivo tanto no que diz respeito ao suprimento das necessidades de conhecimentos técnicos específicos (fator extremamente importante para o reconhecimento por parte do poder público da legitimidade do movimento), quanto para a adoção de uma política propositiva. Esse movimento, em articulação com outras associações locais, elaborou um plano diretor para a região com o objetivo de combater o plano proposto pelo IPUF. Através de oficinas e discussões organizadas pela comunidade, o plano diretor comunitário visou atender às demandas da população do bairro em vários aspectos, tentando ser integrador ao contemplar os problemas locais de forma totalizadora, entendendo-os como variáveis interdependentes (educação, cultura, lazer, segurança, saúde, etc.). Além disso, ao reconhecer a importância da participação

² A partir de 1984, período de grande efervescência política no Brasil, algumas associações e grupos comunitários independentes - juntamente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) - formaram a chamada “Articulação de Entidades”, com o objetivo de aglutinar setores independentes do movimento comunitário. Entretanto essa união terminou em 1987 quando os setores ligados às CEBs abandonaram o movimento devido sobretudo às interferências político-partidárias existentes. Em 1987 os setores que permaneceram da antiga articulação fundaram a **União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO)**, com o intuito de articular as associações de moradores e Conselhos Comunitários existentes em Florianópolis (LÜCHMANN, 1991). A trajetória da UFECO até os nossos dias ainda está por ser melhor analisada. Convém apenas destacar que no decorrer dos anos, ela perde legitimidade perante um conjunto expressivo de organizações sócio-comunitárias, e procura atualmente resgatar o papel original de se constituir em uma articulação democrática, autônoma, plural e suprapartidária. É nessa perspectiva que hoje a entidade tenta novamente se reestruturar e reconquistar a confiança das lideranças e articular de fato as entidades comunitárias da capital de Santa Catarina.

popular, este movimento investiu tempo e recursos na mobilização de base, e conseguiu estabelecer um maior equilíbrio entre a ação institucional e a mobilização social, fatores normalmente excludentes entre si. Muitas vezes, como analisa Dagnino, “as dificuldades de mobilização são percebidas como resultado da ênfase na atuação institucional, estabelecendo-se uma relação de exclusão entre elas” (2002, p. 292). Ou seja, quanto mais as lideranças investem em uma atuação junto ao poder público, mais elas tendem a se afastar de ações que visam à mobilização de base.

Seguindo análise de Melucci (2001), teríamos aqui um exemplo de movimento social, já que se observa, na experiência do Campeche, a combinação de três características fundamentais: uma solidariedade entre os membros do grupo, a explicitação de um conflito, e uma ação política voltada para a pressão dos limites de compatibilidade do sistema – no caso, a democratização do espaço de formulação e decisão dos planos diretores.

A elaboração de planos diretores alternativos é um importante indicador de uma atuação não apenas reivindicativa, mas eminentemente propositiva. Importantes setores do associativismo comunitário estão preocupados em conhecer, discutir e formular – junto com o poder público – propostas de políticas públicas participativas e voltadas para os interesses da comunidade.

Considerações Finais

Diferente de uma oposição binária (entre Estado e sociedade), o que se percebe é uma multiplicidade de disputas e oposições no campo próprio da sociedade civil que só faz aumentar os desafios – frente a um poder público conservador e autoritário – de democratização das relações políticas e sociais. Convém citar Melucci quando coloca que: “Quando se fala de um movimento social, refere-se, geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, freqüentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças (2001, p. 29).

³ O Fórum da Cidade é uma articulação de diversas organizações sócio-comunitárias criado em 2001 com o objetivo de conhecer, discutir, divulgar o Estatuto da Cidade, reivindicando a sua regulamentação pelo poder público municipal.

Em se tratando aqui mais especificamente do movimento comunitário, percebe-se que esta pluralidade de orientações e ações, se por um lado é um indicador da diversidade social, por outro lado, indica o campo minado das relações político-sociais. As diferentes identidades implicam em diferentes representações sociais. De acordo com Silva, “a identidade, tal como a diferença, é uma relação social (...) na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade” (2000, p.81).

Parte significativa do movimento sócio-comunitário de Florianópolis atualmente vem empreendendo esforços no sentido de fortalecer e articular as diversas formas de organizações existentes, além de propor, junto ao poder público municipal, medidas que visam uma maior participação política e uma gestão mais democrática que envolva todos os setores da sociedade civil na tomada das decisões referentes às questões da cidade. Nesse ponto, o “Fórum da Cidade” vem se constituindo em uma dessas tentativas de unir os setores da sociedade a fim de discutir um novo projeto de gestão pública à luz do Estatuto da Cidade.

Reproduzimos aqui a fala comovente de um de seus membros: “o Fórum surge porque nós cansamos de correr de um lado para o outro apagando incêndios. Uma maneira de compartilharmos a dor e cultivarmos a utopia concreta de uma cidade melhor.”

Este projeto de extensão tem sido fundamental para o nosso maior conhecimento acerca das possibilidades e limites destas práticas comunitárias. Percebemos que velhas práticas (clientelistas, oligárquicas) convivem com novas propostas e orientações da sociedade civil. Os desafios desse associativismo, além das dificuldades e desgastes no processo de gerenciamento da complexidade e das diferenças no interior de seu próprio campo, dizem respeito, no caso específico de Florianópolis, ao retraimento da esfera estatal que, de costas à participação popular, investe maciçamente na implementação de um modelo de cidade homogeneizador, individualista e excludente ao priorizar a iniciativa privada em detrimento do interesse público. Nossa participação junto ao movimento comunitário da cidade tem se voltado para alterar estas relações em direção à construção e fortalecimento de iniciativas cidadãs. Além do estabelecimento efetivo de relações entre a teoria e a prática, estamos contribuindo para a ampliação das relações entre a comunidade e a Universidade.

Referências

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. IN: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

DURHAM, E. R. Movimentos sociais. A construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap**, n. 10, SP, out. de 1984, p. 24-30.

ELIAS, N.; SCOTSON, L. **Os estabelecidos e os outsiders**. RJ: Zahar, 2000.

LÜCHMANN, L. H. H. **Cotidiano e democracia na organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)**. Florianópolis, 1991. 109f. Dissertação (Mestrado Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MELUCCI, A. **A Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATOS, S. **O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários (1977-1983): um caso de oposição sistemática**. Florianópolis, 1990. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCHERER-WARREN, I. **Organizações Voluntárias de Florianópolis**. Florianópolis: Editora Insular, 1996.

_____. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam? In: SCHERER-WARREN, I. *et al.* **Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**. Lisboa, julho de 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.